

CARREIRAS JURÍDICAS



# ***CÓDIGO DE PROCESSO PENAL***

***MAPEADO E ANOTADO***

EDIÇÃO 2026

DANNIEL TRINDADE

**Editora<sup>+</sup>  
DpN<sup>++</sup>**



Método Dpn – Direito Para Ninjas

# ***CÓDIGO DE PROCESSO PENAL***

Danniel Trindade

Atualizado em 31/01/2026



## BOAS-VINDAS



Parabéns por sua decisão e seja muito bem-vindo(a) ao Método Direito para Ninjas!

Estamos entusiasmados e honrados em tê-lo(a) conosco nesta jornada que transformará a sua preparação para concursos jurídicos. Ao ingressar neste seleto grupo, você dá um passo decisivo rumo à conquista de uma das carreiras jurídicas mais prestigiadas da República.

Ter em mãos este Mapeado exclusivo é mais do que um material de estudo; é o seu passaporte para acumular aprovações e alcançar a tão sonhada posse na carreira jurídica dos seus sonhos. Este momento marca o início de uma trajetória mais rápida, eficiente e focada, que permitirá que você supere os concorrentes com menos esforço, mais estratégia e, claro, com tempo livre para aproveitar as outras áreas da sua vida.

Você acaba de fazer o melhor investimento na sua trajetória profissional, escolhendo o método mais inovador e eficaz já criado para as Carreiras Jurídicas. Mentalize sua aprovação, visualize sua conquista, porque este será o seu ano!

**Lembre-se:** o universo começa na mente. Acredite em sua capacidade, confie no Método DPN e prepare-se para colher os frutos do seu esforço direcionado.

Estamos ao seu lado em cada passo dessa jornada.

Coordenador do DPN



- ✓ FGV – 2012 – OAB – Exame de Ordem VIII.
- ✓ FGV – 2012 – OAB – Exame de Ordem VI.

**Art. 28.** Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o **órgão do Ministério Público** comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei. (Redação dada pela Lei 13.964/2019)

#### Nota Rápida:



**Redação anterior do dispositivo:** “Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.”

#### Jurisprudência em Destaque:



**Interpretação conforme (ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305):** O Supremo atribuiu interpretação conforme ao “caput” do artigo 28 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei 13.964/2019, para assentar que, ao se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público submeterá sua manifestação ao juiz competente e comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial, podendo encaminhar os autos para o Procurador-Geral ou para a instância de revisão ministerial, quando houver, para fins de homologação, na forma da lei, vencido, em parte, o Ministro Alexandre de Moraes, que incluía a revisão automática em outras hipóteses. (STF. Pleno. ADI 6298-DF, ADI 6299-DF, ADI 6300-DF e ADI 6305-DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023)



**Arquivamento de inquérito policial militar. Atipicidade da conduta. Coisa julgada material:** 1. O instituto da correção parcial está vinculado historicamente à correção de erros de procedimento que provocam tumulto processual e não ao erro na apreciação judicial dos fatos ou do direito. 2. A decisão de arquivamento de inquérito policial lastreada na atipicidade do fato toma força de coisa julgada material, qualidade conferida à decisão judicial contra a qual não cabem mais recursos, tornando-a imutável. 3. Se o Juiz-Auditor e o Ministério Público acordaram em arquivar o inquérito policial militar por entender atípica a conduta, mesmo diante de provas novas, inviável a reabertura do feito por meio de correção parcial. 4. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF. 1ª Turma. HC 173594 AgR, Rel. Rosa Weber, julgado em 03/05/2021)

#### Casuística:



**FGV:** O delegado de polícia relatou inquérito policial sugerindo o arquivamento da investigação, em razão da inexistência de justa causa para o crime de estelionato cometido por Roberto, por se tratar a hipótese de mero ilícito civil. Nesse caso, poderá o Ministério Público promover fundamentadamente o arquivamento do inquérito policial, submetendo sua manifestação ao juiz competente e comunicando à vítima, ao investigado e à autoridade policial.

#### Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):



- ✓ FGV – 2025 – ENAM III.



- ✓ FGV – 2025 – TRF-6 – Magistratura Federal.
- ✓ FGV – 2025 – TJ-MS – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2024 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2023 – TJ-ES – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2013 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ MPDFT – 2025 – MPDFT – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2025 – MPE-RJ – Ministério Público.
- ✓ MPE-RS – 2023 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✓ AOCP – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- ✓ VUNESP – 2023 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ FUNDEP – 2022 – MPE-MG – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2021 – MPE-AP – Ministério Público.
- ✓ MPE-MA – 2014 – MPE-MA – Ministério Público.
- ✓ FUNDEP – 2023 – DPE-MG – Defensoria Pública.
- ✓ FGV – 2021 – PC-RN – Delegado de Polícia.
- ✓ ACAFE – 2008 – PC-SC – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2014 – OAB – Exame de Ordem XIII.
- ✓ FGV – 2013 – OAB – Exame de Ordem X.

§ 1º Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, **conforme dispuser a respectiva lei orgânica**. (Incluído pela Lei 13.964/2019)

#### Jurisprudência em Destaque:

-  **Interpretação conforme (ADIs 6298, 6299, 6300 e 6305):** O Supremo atribuiu interpretação conforme ao § 1º para assentar que, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento. (STF. Pleno. ADI 6298-DF, ADI 6299-DF, ADI 6300-DF e ADI 6305-DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 24/08/2023)
-  **Atipicidade da conduta:** A decisão de arquivamento de inquérito policial lastreada na atipicidade do fato toma força de coisa julgada material, qualidade conferida à decisão judicial contra a qual não cabem mais recursos, tornando-a imutável. Com efeito, se o Juiz-Auditor e o Ministério Público acordaram em arquivar o inquérito policial militar por entender atípica



a conduta, mesmo diante de provas novas, inviável a reabertura do feito por meio de correção parcial. (STF. 1ª Turma. HC 173594 AgR, Rel. Rosa Weber, julgado em 03/05/2021)



**Atipicidade da conduta e impossibilidade de oferecimento de denúncia posterior pelos mesmos fatos:** A par da atipicidade da conduta e da presença de causa extintiva da punibilidade, o arquivamento de inquérito policial lastreado em circunstância excludente de ilicitude também produz coisa julgada material. Levando-se em consideração que o arquivamento com base na atipicidade do fato faz coisa julgada formal e material, a decisão que arquivava o inquérito por considerar a conduta lícita também o faz, isso porque nas duas situações não existe crime e há manifestação a respeito da matéria de mérito. A mera qualificação diversa do crime, que permanece essencialmente o mesmo, não constitui fato ensejador da denúncia após o primeiro arquivamento. (STJ. 6ª Turma. RHC 46666-MS, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 05/02/2015)

**Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ FGV – 2025 – ENAM III.
- ✓ FGV – 2025 – TJ-MS – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2025 – TRF-5 – Magistratura Federal.
- ✓ FGV – 2025 – TJ-SE – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2024 – TJ-MT – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-PR – 2025 – MPE-PR – Ministério Público.
- ✓ FGV – 2025 – MPE-RJ – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2025 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ VUNESP – 2023 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2023 – PGE-PA – Procuradoria Estadual.
- ✓ CESPE – 2023 – PGE-SE – Procuradoria Estadual.
- ✓ AOCF – 2021 – PC-PA – Delegado de Polícia.

§ 2º Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial. (Incluído pela Lei 13.964/2019)

**Art. 28-A.** Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de **infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos**, o Ministério Público poderá propor **acordo de não persecução penal**, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes **condições ajustadas cumulativa e alternativamente**: (Incluído pela Lei 13.964/2019)





I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo; (Incluído pela Lei 13.964/2019)

II – renunciar voluntariamente a bens e direitos indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; (Incluído pela Lei 13.964/2019)

III – prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços), em local a ser indicado pelo juízo da execução, na forma do artigo 46 do Código Penal; (Incluído pela Lei 13.964/2019)

IV – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do artigo 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social, a ser indicada pelo juízo da execução, que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; ou (Incluído pela Lei 13.964/2019)

V – cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada. (Incluído pela Lei 13.964/2019)

#### Notas Rápidas:



É vedado ao Ministério Público a proposta de acordo de não persecução penal em crime de ação penal privada.



O Código Eleitoral contempla modalidades de crimes eleitorais que, por serem praticados mediante utilização de violência ou grave ameaça, não comportam proposta de acordo de não persecução penal (CPP, artigo 28-A).

#### Jurisprudências em Destaque:



**STJ Tema Repetitivo 1098:** 1. O Acordo de não persecução penal constitui um negócio jurídico processual penal instituído por norma que possui natureza processual, no que diz respeito à possibilidade de composição entre as partes com o fim de evitar a instauração da ação penal, e, de outro lado, natureza material em razão da previsão de extinção da punibilidade de quem cumpre os deveres estabelecidos no acordo (art. 28-A, § 13, do CPP). 2. Diante da natureza híbrida da norma, a ela deve se aplicar o princípio da retroatividade da norma penal benéfica (art. 5º, XL, da CF), pelo que é cabível a celebração de acordo de não persecução penal em casos de processos em andamento quando da entrada em vigor da Lei 13.964/2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado da condenação. 3. Nos processos penais em andamento em 18/09/2024 (data do julgamento do HC 185913/DF pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal), nos quais seria cabível em tese o ANPP, mas ele não chegou a ser oferecido pelo Ministério Público ou não houve justificativa idônea para o seu não oferecimento, o Ministério Público, agindo de ofício, a pedido da defesa ou mediante provocação do magistrado da causa, deverá, na primeira oportunidade em que falar nos autos, manifestar-se motivadamente acerca do cabimento ou não do acordo no caso concreto. 4. Nas investigações ou ações penais iniciadas a partir de 18/09/2024, será admissível a celebração de ANPP antes do recebimento da denúncia, ressalvada a possibilidade de propositura do acordo, no curso da ação penal, se for o caso. (STJ. 3ª Seção. REsp 1890344-RS e REsp 1890343-SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgados em 23/10/2024)



## CAPÍTULO I

### DA COMPETÊNCIA PELO LUGAR DA INFRAÇÃO

**Art. 70.** A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

#### Dispositivo Relacionado:

» Art. 63 da Lei 9.099/1995.

#### Nota Rápida:



**Teoria do resultado:** O Código de Processo Penal adotou como regra a teoria do resultado.

#### Súmula Relacionada:



**Súmula 582-STJ:** Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

#### Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):

- 🟡 VUNESP – 2023 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- 🔴 AOCP – 2023 – MPE-RR – Ministério Público.
- 🔴 AOCP – 2022 – MPE-MS – Ministério Público.
- 🔴 MPE-PR – 2019 – MPE-PR – Ministério Público.
- 🔴 MPE-SP – 2012 – MPE-SP – Ministério Público.
- 🔴 MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- 🟢 CESPE – 2022 – DPE-PA – Defensoria Pública.
- 🟢 FCC – 2021 – DPE-SC – Defensoria Pública.
- 🟢 FUNDEP – 2019 – DPE-MG – Defensoria Pública.
- 🟡 FUNDATEC – 2025 – PC-RS – Delegado de Polícia.
- 🟡 FUNDATEC – 2025 – PC-RS – Delegado de Polícia.
- 🟡 VUNESP – 2022 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- 🟡 AOCP – 2022 – PC-GO – Delegado de Polícia.
- 🟡 VUNESP – 2015 – PC-CE – Delegado de Polícia.
- 🟣 FGV – 2019 – OAB – Exame de Ordem XXVIII.
- 🟣 FGV – 2018 – OAB – Exame de Ordem XXVI.





- ✓ FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem XVIII.
- ✓ FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem XVII.

§ 1º Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo **lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.**

**Nota Rápida:**

 Regra aplicável aos crimes à distância.

**Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ VUNESP – 2023 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2019 – TJ-AC – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2022 – MPE-TO – Ministério Público.
- ✓ MPE-SP – 2005 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2022 – DPE-PA – Defensoria Pública.

§ 2º Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do **lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.**

**Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ VUNESP – 2023 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.

§ 3º Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, **a competência firmar-se-á pela prevenção.**

**Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):**


- ✓ VUNESP – 2025 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2019 – TJ-AC – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2021 – DPE-SC – Defensoria Pública.

§ 4º Nos crimes previstos no artigo 171 do Código Penal, quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado




ou mediante transferência de valores, **a competência será definida pelo local do domicílio da vítima**, e, em caso de pluralidade de vítimas, **a competência firmar-se-á pela prevenção**. (Incluído pela Lei 14.155/2021)


#### Nota Rápida:

 As súmulas 244 do STF e 521 do STJ foram superadas pela Lei 14.155/2021, que incluiu o § 4º ao artigo 70 do Código de Processo Penal.

#### Súmulas Relacionadas:

 **Súmula 48-STJ:** Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.

 **Súmula 244-STJ (superada):** Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

 **Súmula 521-STF (superada):** O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

#### Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):

-  FUNDEP – 2022 – TJM-MG – Magistratura Estadual.
-  FGV – 2022 – TJ-PE – Magistratura Estadual.
-  CESPE – 2019 – TJ-SC – Magistratura Estadual.
-  VUNESP – 2019 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
-  FCC – 2022 – MPE-PE – Ministério Público.
-  CESPE – 2022 – DPE-PA – Defensoria Pública.
-  CESPE – 2022 – DPE-SE – Defensoria Pública.
-  FCC – 2021 – DPE-AM – Defensoria Pública.
-  FUNDATEC – 2025 – PC-RS – Delegado de Polícia.
-  CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.
-  VUNESP – 2022 – PC-SP – Delegado de Polícia.
-  CESPE – 2004 – PF – Delegado Federal.

**Art. 71.** Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

#### Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):

-  VUNESP – 2013 – TJ-SP – Magistratura Estadual.



**Art. 85.** Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, àquele ou a estes caberá o julgamento, quando oposta e admitida a exceção da verdade.

**Nota Rápida:**

 Tribunais de Apelação são os atuais Tribunais de Justiça.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

 VUNESP – 2006 – MPE-SP – Ministério Público.

 AOCF – 2022 – DPE-PR – Defensoria Pública.

 FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XX.

**Art. 86.** Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar:

I – os seus Ministros, nos crimes comuns;

II – os Ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com os do Presidente da República;

III – o Procurador-Geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os Ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e Ministros diplomáticos, nos crimes comuns e de responsabilidade.

**Art. 87.** Competirá, originariamente, aos Tribunais de Apelação o julgamento dos governadores ou interventores nos Estados ou Territórios, e prefeito do Distrito Federal, seus respectivos Secretários e Chefes de Polícia, juízes de instância inferior e órgãos do Ministério Público.

 Tribunais de Apelação são os atuais Tribunais de Justiça.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

**Art. 88.** No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da capital da República.


**Art. 89.** Os crimes cometidos em qualquer embarcação nas águas territoriais da República, ou nos rios e lagos fronteiriços, bem como a bordo de embarcações nacionais, em alto-mar, serão processados e julgados pela justiça do primeiro porto brasileiro em que tocar a embarcação, após o crime, ou, quando se afastar do País, pela do último em que houver tocado.



#### Dispositivo Relacionado:

- » Art. 109, IX, da CF.

#### Jurisprudência em Destaque:

 **Crimes cometidos a bordo de navios:** Em razão da imprecisão do termo navio utilizado no artigo 109, IX, da Constituição Federal, a doutrina e a jurisprudência construíram o entendimento de que "navio" seria embarcação de grande porte o que, evidentemente, excluiria a competência para processar e julgar crimes cometidos a bordo de outros tipos de embarcações, isto é, aqueles que não tivessem tamanho e autonomia consideráveis que pudessem ser deslocados para águas internacionais. Restringindo-se ainda mais o alcance do termo "navio", previsto no artigo 109, IX, da Constituição Federal, a interpretação que se dá ao dispositivo deve agregar outro aspecto, a saber, que ela se encontre em situação de deslocamento internacional ou em situação de potencial deslocamento. A competência, vista sob esse viés, é da Justiça Federal. (STJ. 3ª Seção. CC 118503-PR, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 22/04/2015)

#### Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):


-  FGV – 2025 – TJ-TO – Magistratura Estadual.
-  VUNESP – 2025 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.
-  FGV – 2022 – TJ-MG – Magistratura Estadual.
-  MPE-RS – 2014 – MPE-RS – Ministério Público.


**Art. 90.** Os crimes praticados a bordo de aeronave nacional, dentro do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro, ou ao alto-mar, ou a bordo de aeronave estrangeira, dentro do espaço aéreo correspondente ao território nacional, serão processados e julgados pela justiça da comarca em cujo território se verificar o pouso após o crime, ou pela da Comarca de onde houver partido a aeronave.

#### Dispositivos Relacionados:

- » Arts. 4º e 5º, § 2º, do CP.

#### Jurisprudências em Destaques:

 **Crimes cometidos a bordo de balões de ar quente:** Compete à Justiça Estadual o julgamento de crimes ocorridos a bordo de balões de ar quente tripulados. Os balões de ar quente tripulados não se enquadram no conceito de "aeronave" (art. 106 da Lei 7.565/86), motivo pelo qual não se aplica a competência da Justiça Federal prevista no artigo 109, IX, Constituição Federal. (STJ. 3ª Seção. CC 143400-SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 24/04/2019)

 **Delitos cometidos a bordo de aeronave em solo ou em sobrevoos:** É da competência da Justiça Federal processar e julgar delitos cometidos a bordo de aeronaves, nos termos do inciso IX do artigo 109 da CF/88, não influenciando, para fins de competência, o fato de a aeronave estar em solo ou sobrevoando. (STJ. 3ª Seção. CC 143343-MS, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2016)

#### Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):



✓ MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.

**Art. 91.** Quando incerta e não se determinar de acordo com as normas estabelecidas nos artigos 89 e 90, a competência se firmará pela prevenção. (Redação dada pela Lei 4.893/1965)

Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):

✓ VUNESP – 2025 – TJ-RJ – Magistratura Estadual.

## TÍTULO VI DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

### CAPÍTULO I DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS

**Art. 92.** Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

**Parágrafo único.** Se for o crime de ação pública, o Ministério Público, quando necessário, promoverá a ação civil ou prosseguirá na que tiver sido iniciada, com a citação dos interessados.

#### Dispositivos Relacionados:

- » Art. 581, XVI, do CPP.
- » Art. 177 do CPC.

#### Nota Rápida:

📄 O artigo 92 trata da questão prejudicial obrigatória.

Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✓ VUNESP – 2019 – TJ-AC – Magistratura Estadual.
- ✓ CESPE – 2019 – TJ-BA – Magistratura Estadual.
- ✓ VUNESP – 2018 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✓ FGV – 2008 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-PR – 2025 – MPE-PR – Ministério Público.
- ✓ MP-DFT – 2021 – MPDFT – Ministério Público.
- ✓ MPE-SC – 2019 – MPE-SC – Ministério Público.



- ✓ MPE-SC – 2014 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ FUJB – 2012 – MPE-RJ – Ministério Público.
- ✓ VUNESP – 2008 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2022 – PGE-PA – Procuradoria Estadual.
- ✓ CESPE – 2022 – DPE-RS – Defensor Público.
- ✓ FCC – 2022 – DPE-CE – Defensoria Pública.
- ✓ FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem XXXII.
- ✓ FGV – 2015 – OAB – Exame de Ordem XVI.
- ✓ CESPE – 2010 – OAB – Exame de Ordem I.

**Art. 93.** Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre **questão diversa** da prevista no artigo anterior, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o **juiz criminal** poderá, desde que essa **questão seja de difícil solução** e **não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite**, suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

**Nota Rápida:**



O artigo 93 trata da questão prejudicial facultativa.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ FGV – 2008 – TJ-PA – Magistratura Estadual.
- ✓ MP-DFT – 2021 – MPDFT – Ministério Público.
- ✓ MPE-SC – 2019 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ VUNESP – 2008 – MPE-SP – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2022 – PGE-PA – Procuradoria Estadual.
- ✓ CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.
- ✓ VUNESP – 2018 – PC-SP – Delegado de Polícia.
- ✓ FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem XXXII.

§ 1º O juiz marcará o prazo da suspensão, que poderá ser razoavelmente prorrogado, se a demora não for imputável à parte. Expirado o prazo, sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal fará prosseguir o processo, retomando sua competência para resolver, de fato e de direito, toda a matéria da acusação ou da defesa.





Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ VUNESP – 2018 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✔ MP-DFT – 2021 – MPDFT – Ministério Público.
- ✔ CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.
- ✔ FGV – 2021 – OAB – Exame de Ordem XXXII.

§ 2º Do despacho que denegar a suspensão **não caberá recurso.**

**Dispositivo Relacionado:**

- » Art. 581, XVI, do CPP: “Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: XVI – que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial;”.

Onde o Parágrafo foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ VUNESP – 2018 – TJ-SP – Magistratura Estadual.

§ 3º Suspenso o processo, e tratando-se de crime de ação pública, incumbirá ao Ministério Público intervir imediatamente na causa cível, para o fim de promover-lhe o rápido andamento.

**Art. 94.** A suspensão do curso da ação penal, nos casos dos artigos anteriores, será decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes.

**Dispositivo Relacionado:**

- » Art. 581, XVI, do CPP.

Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):

- ✔ VUNESP – 2018 – TJ-SP – Magistratura Estadual.
- ✔ CESPE – 2022 – PC-RJ – Delegado de Polícia.

## CAPÍTULO II DAS EXCEÇÕES

**Art. 95.** Poderão ser opostas as exceções de:

- I – suspeição;
- II – incompetência de juízo;
- III – litispendência;



IV – ilegitimidade de parte;

V – coisa julgada.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ FGV – 2017 – OAB – Exame de Ordem XXII.
- ✓ PC-MG – 2008 – PC-MG – Delegado de Polícia.

**Art. 96.** A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ FGV – 2025 – ENAM IV.
- ✓ VUNESP – 2019 – TJ-AC – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-SC – 2012 – MPE-SC – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2023 – MPE-BA – Ministério Público.
- ✓ FCC – 2022 – DPE-CE – Defensoria Pública.
- ✓ FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XXI.
- ✓ FGV – 2011 – OAB – Exame de Ordem IV.

**Art. 97.** O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito, declarando o motivo legal, e remeterá imediatamente o processo ao seu substituto, intimadas as partes.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ MPE-PR – 2023 – MPE-PR – Ministério Público.
- ✓ MP-DFT – 2021 – MPDFT – Ministério Público.

**Art. 98.** Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes especiais, aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas.

**Onde o Artigo foi cobrado? (clique para ver a questão):**

- ✓ CESPE – 2019 – TJ-BA – Magistratura Estadual.
- ✓ MPE-RS – 2017 – MPE-RS – Ministério Público.
- ✓ CESPE – 2017 – DPU – Defensoria Pública Federal.
- ✓ FGV – 2016 – OAB – Exame de Ordem XXI.